

Povos Indígenas no Brasil

Fonte VESEPClass.: 47Data 20/09/84

Pg.: _____

Mineração causa queda do presidente da Funai¹⁹⁰

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O quinto presidente da Funai no governo Figueiredo, Jurandy Marcos da Fonseca, foi demitido ontem por decreto presidencial e substituído pelo chefe da assessoria de segurança e informação da Fundação, Nelson Marabuto, ex-superintendente da Polícia Federal em São Paulo. Revelando que o deputado e ex-cacique Mário Juruna participou da indicação de Marabuto, o ministro do Interior, Mário Andreazza, afirmou que Fonseca foi demitido por ter tratado "inadequadamente um problema de natureza administrativa". Embora até o final da tarde não tivesse recebido nenhuma comunicação oficial sobre o seu afastamento, Jurandy Fonseca deu a seguinte explicação:

"Fui demitido porque não assinei a portaria que regulamenta o Decreto nº 88.985 (referente à mineração em áreas indígenas). Continuo mantendo a minha posição, e acho que, no momento em que as empresas mineradoras particulares entram nas áreas indígenas, os índios morrerão e o governo brasileiro será responsável por esta mortandade".

Para o ministro Mário Andreazza, Jurandy Fonseca desmereceu a sua confiança. O ministro criticou também o fato de Fonseca ter colocado na semana passada o cargo à disposição ao anunciar, pela imprensa, que não assinaria a portaria. Segundo Andreazza, tratava-se da regulamentação do artigo da lei do Estatuto do Índio referente à mineração, e que a "intenção do presidente da República é proteger as comunidades indígenas, através da definição, pela Funai, de normas e critérios para a exploração mineral". O ministro assegurou que "não há qualquer perigo de genocídio", como denunciou Fonseca, e assinalou que os trabalhos de mineração somente serão realizados "em casos excepcionais e de interesse nacional".

Ao comentar o fato de que estará dando posse — provavelmente hoje — ao sexto presidente da Fundação Nacional do Índio durante o governo Figueiredo, Andreazza afirmou que "quem imaginar que a Funai é um problema fácil está completamente equivocado". Sobre a escolha do novo presidente, informou que Nélson Marabuto foi selecionado numa lista

de cerca de 20 nomes e "foi o que melhor atendeu aos nossos critérios". O ministro disse desconhecer que o ex-superintendente do DPF em São Paulo ganhou repercussão nacional ao prender, em 1981, o argentino Adolfo Perez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz (ver matéria ao lado).

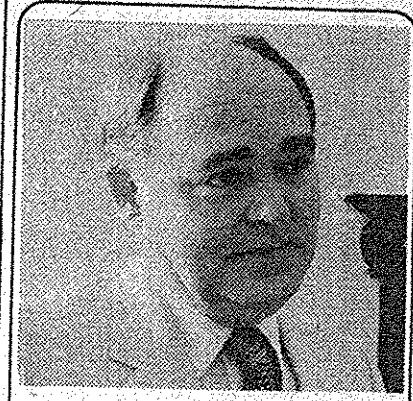
Por fim, Mário Andreazza assegurou que será mantida a participação de lideranças indígenas em cargos importantes da Funai — iniciativa de Jurandy Fonseca adotada há quase cinco meses.

"CONSCIÉNCIA TRANQUILA"

Dizendo-se satisfeito e com a "consciência tranquila", Jurandy Fonseca assegurou que não ficou surpreso com a sua demissão, embora na semana passada tivesse recebido do ministro Andreazza a garantia de que não seria afastado do cargo. Segundo ele, as mineradoras têm feito muita pressão para a assinatura da portaria, mas disse não acreditar que sua demissão foi forçada por essas empresas. "Acho apenas que, no momento em que o presidente da Funai, depois de ouvir as comunidades indígenas, adota a posição de não apoiar uma ação genocida e o presidente da República decide por sua demissão sumária, este passa a ser um ato contra o índio brasileiro" — declarou Fonseca.

Jurandy Fonseca admitiu que gostaria de voltar a atuar na Fundação, desde que servindo a um governo que respeite as comunidades indígenas e não use "o corte de verbas para a Funai" como arma contra os índios. Sobre o seu sucessor, contou que Nelson Marabuto foi levado à Fundação a seu convite. "Não posso assegurar, porém, que Marabuto não vai assinar a portaria que interessa às mineradoras. Mas acredito que ele não tomará nenhuma atitude sem antes ouvir as comunidades indígenas".

No gabinete da presidência da Funai, alguns índios comentaram ontem a demissão de Fonseca. "Gostamos muito do Jurandy" — disse o xavante Gerson. Agora, se o outro que entrar assinar a portaria, vai ter antes que cair neste facão de pau-brasil." Gerson acusou o deputado Mário Juruna de ter tramado a demissão de Fonseca. "Não acredito que o deputado tenha qualquer participação nesse episódio" — disse o próprio Fonseca.



Marabuto, um intransigente

Nelson Marabuto Domingues dirigiu a Polícia Federal em São Paulo por quase dois anos e deu "mão forte" aos delegados e agentes. A superintendência do DPF começou a ganhar certa projeção em seu trabalho com Marabuto na chefia e "deslanchou" com a posse de Romeu Tuma. Marabuto, muitas vezes intransigente diante de solicitações feitas por políticos e deputados, comandou em São Paulo ações contra o contrabando, chefiando pessoalmente uma das maiores apreensões realizadas no cais de Santos.

O então governador Paulo Maluf pediu várias vezes às autoridades federais que afastassem Marabuto do cargo porque se sentia "perseguido" por ele. Um dos problemas entre os dois ocorreu quando agentes federais interceptaram uma Kombi da Vaspão sair de Congonhas, depois de uma denúncia de que a peruca estaria transportando contrabando, e, para surpresa dos policiais, Maluf se encontrava no veículo. Em outro caso, uma investigação sobre contrabando e instalação clandestina de equipamentos de comunicação acabou chegando ao genro de Maluf, Marco Antônio Michautuet.

Marabuto perdeu o cargo no DPF depois de prender o Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Perez Esquivel, quando ele estava em São Paulo e deveria participar de uma reunião promovida por entidades de defesa dos direitos humanos. Muitas pessoas intercederam para a libertação de Esquivel, mas Marabuto demorou três horas para atender ao pedido.